

CIRANDA INFANTIL: UM ESPAÇO DE LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS NO VIII SEMINÁRIO DE COMBATE AO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO

Layane Queiroz Ramos Lira [1]

Fernanda Pantoja do Nascimento [2]

Eula Regina Lima Nascimento[3]

Maura Danielly Mariano Monteiro[4]

Círculo de Saber 03 : Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidade tradicionais

Palavras-chave: Infância; Ciranda Infantil; Educação do Campo.

Resumo: O trabalho aborda a Ciranda Infantil como território político pedagógico de protagonismo infantil, capaz de materializar denúncias e anúncios na educação do campo**.** O objetivo da pesquisa foi caracterizar a ciranda como espaço de luta pela garantia de direitos, pelo protagonismo das crianças, no seu movimento como sujeitos de direitos. De abordagem qualitativa MINAYO (2002), o lócus da pesquisa foi a III Ciranda infantil no âmbito do VIII Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas, na Universidade Federal do Pará, do Campus Castanhal, no ano de 2025. A III Ciranda infantil, aconteceu no espaço do TAPIRI. Os sujeitos desta pesquisa foram 25 crianças, de idades entre 04 a 12 anos, oriundas de Assentamentos da Reforma Agrária. A técnica utilizada foram as observações participantes, que compreende o “pesquisador enquanto observador participante” (MINAYO, 2002, p.60). Como resultado a III ciranda infantil se caracterizou como um marco histórico, enquanto espaço político, pedagógico de denúncia e anúncio mobilizado pelas crianças, no âmbito do movimento da educação do campo na Amazônia paraense, pois as crianças pautaram suas bandeiras pelo viés da ludicidade, desvelando protagonismos da infância que luta e reconhece seus direitos, nas suas leituras de mundo.

Introdução:

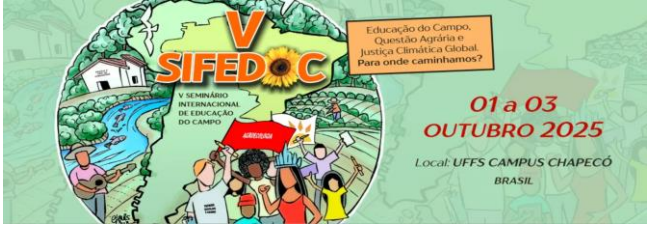
Este trabalho aborda a III Ciranda infantil, no âmbito do VIII Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas, ocorrido

[1] Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho e Educação do Campo na Amazônia- GETECAM, da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, layramos7@gmail.com

[2] Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho e Educação do Campo na Amazônia- GETECAM, Campus Castanhal, nanda123pantoja100@gmail.com

[3] Professora da Faculdade de Educação – FACED, da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, eu10eula@gmail.com

[4] Pedagoga pela Universidade Estado do Pará - UEPA e graduanda em Terapia Ocupacional na Amazonia, mauradanielly.mm@gmail.com



no ginásio de Esportes, da Universidade Federal do Pará, do Campus Universitário de Castanhal, no ano de 2025.

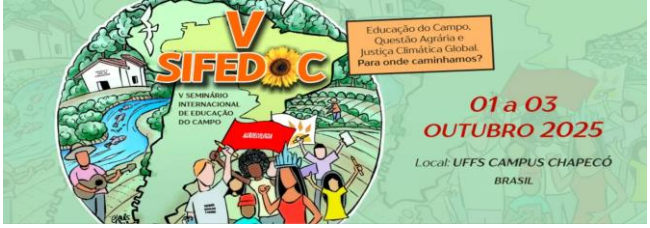
O Seminário é um evento organizado por diversas organizações para aprofundar a pauta do Fechamento, em sua 8ª edição, trouxe o tema "*Território de Vida na Amazonia paraense só com Escolas do Campo, Rios e Floresta*"**.** Este evento apresentou uma programação presencial e virtual-online, com 1.382 participantes**.**

A metodologia do encontro foi efetivada via blocos temáticos nas plenárias, os principais debates foram sobre a realidade e os compromissos da educação do campo no estado do Pará e contou com a importante participação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) sendo pautado o fortalecimento das políticas públicas e de práticas visando garantir possibilidades de enfrentamentos contra o fechamento de escolas do campo, indígenas, quilombolas.

No VIII Seminário os debates apontaram para as necessidades e desafios pela garantia de direito a educação, diante disso, garantiu a pauta das crianças, das infâncias, bem como favoreceu a efetiva participação das mesmas nesse processo por direitos. Deste modo, a III Ciranda Infantil tem por finalidade garantir e legitimar o protagonismo das infâncias dos territórios amazônicos na programação, nos últimos três anos. As crianças compõem a dinâmica do evento, na perspectiva da infância que luta pela garantia de direitos.

Nesse sentido, pontuamos breve histórico do surgimento da Ciranda Infantil no Seminário, a mesma aconteceu inicialmente no ano de 2023, no acolhimento das crianças como sujeito de direto Sarmento (2009), enquanto suas famílias participavam das atividades do evento. Em 2023, os acolhimentos dessas crianças eram feitos no próprio ginásio de esportes da UFPA- Campus Castanhal onde acontecia a programação.

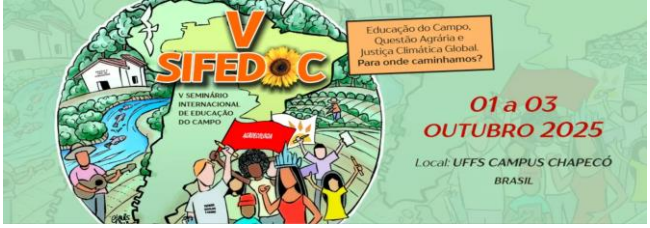
Nos anos seguintes e até o presente momento, a ciranda ocorreu em espaço permanente durante o Seminário. O local sede é o ambiente do Tapiri que faz parte das instalações do Campus Castanhal, este espaço cedido permitiu ampliar os acolhimentos, as ações, as vivências, a dinamização e diversificação das atividades imbricadas a um viés político pedagógico do cirandar, bem como contribuiu para favorecer, fortalecer o exercício da formação inicial e continuada das/os cirandeiras/os (docentes, discentes) brincantes.



Diante disso, este terceiro movimento da Ciranda Infantil no VIII Seminário potencializou protagonismos das infâncias das Amazônias paraense na perspectiva de luta pela garantia de direitos pelo viés do brincar, do cirandar coletivamente, fato que demandou reuniões, debates, encaminhamentos que contribuíram para fomentar essa pauta da ciranda na formação das/os graduandas/os, dos docentes. Como isso, este ano a ciranda trouxe essa mobilização coletiva, plural contribuindo para que pudéssemos desenvolver uma ciranda sintonizada com a práxis exercitada na temática: "*A ciranda é um espaço coletivo de diálogos da educação do campo, o fechamento das escolas e garantia de direitos*" que convergiu com o tema do evento.

A III Ciranda Infantil este ano caracterizou-se pelo diferencial do pensar e fazer coletivo ao ser planejada e coordenada pela parceria de múltiplas instituições, com a participação de : docentes da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Castanhal, Campus Belém; docentes da Universidade Rural da Amazônia (UFRA) - Campus Belém; discentes da Faculdade de Pedagogia; discentes da Faculdade de Educação Física; Professores da Educação Básica da E.M.E.F. Roberto Remigi - localizada no Assentamento João Batista no município de Castanhal, dentre outros.

Com isso, esse coletivo de várias instituições realizou várias reuniões virtuais, de planejamento, com debates, reflexões, ponderações sobre a concepção crítica de ciranda a ser exercitada, a organização do espaço e culminado com o desenho teórico/metodológico para a efetiva implementação da ciranda infantil. A programação da ciranda foi pensada com exploração do ambiente no seu viés político/pedagógico, com definições e encaminhamentos de atividades dentro e fora do tapiri, por meio de: rodas de conversas; oficinas criativas; ciranda brincante; com realização de brincadeiras populares, afrobrasileiras e cooperativas. Ciranda brincante com caminhada pelas áreas do Campus, com coleta e utilização de recursos da natureza; circuito de leitura, de contação de histórias, sendo que todas as ações dialogavam com a culminância final que era a marcha das infâncias, na interface com todas as criações produzidas no decorrer das atividades. Além de proporcionar para as crianças participantes e para as/os cirandeiras/os uma alimentação agroecológica e saudável, produzida pelos companheiros do MST- Ana Pimavesi (Associação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará).



Sendo assim, diante de toda essa mobilização no que concerne a III Ciranda Infantil, o objetivo da pesquisa foi caracterizar a ciranda como espaço de luta pela garantia de direitos, pelo protagonismo das crianças, no seu movimento como sujeitos de direitos.

Portanto, este estudo se preocupou em investigar o papel das crianças na ciranda infantil, e como resultado identificamos o protagonismo, a expressão dialógica, os saberes, os fazeres, a representatividade do coletivo infantil diante da luta pela pauta da garantia de direitos, enquanto um movimento que foi gestado e produzido dentro do seminário, e que culminou de forma potencial com a marcha das infâncias.

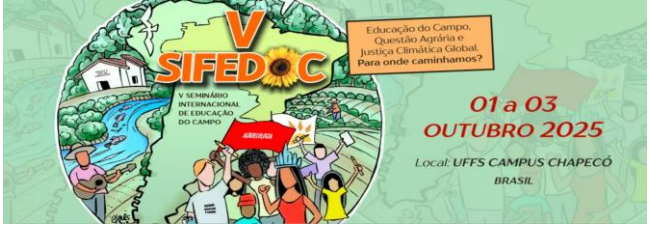
Referencial teórico:

Historicamente o direito a Educação do Campo se caracteriza com o processo de enfrentamento histórico, que nasce politicamente e efetivamente a partir da mobilização e da pressão dos movimentos sociais campesinos de forma peculiar com o Movimento Nacional de Educação do Campo Segundo Arroyo (1999). Esse movimento demarca as pautas das lutas pelos sujeitos do campo, com ênfase para a ausência de políticas públicas efetivas no âmbito da educação do campo, indígena e quilombola coletivos que buscam estratégias em defesa dos direitos, dentre esses o direito a educação pública, gratuita para a formação humana integral.

Diante deste cenário encontra-se a luta contra o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, sendo que a Lei nº 12.960/2014, de importância e vigência nacional, traz esse debate que perpassa pelas redes de movimentos sociais, universidades, educadores, comunidades tradicionais e estudantes.

Importante destacar que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que altera e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consta a exigência de manifestação de órgão normativo contra o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, nesse sentido:

> Art. 1º O art. 28 da Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
> “Art. 28.
> Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.” (NR)



Essa chave de leitura, bem como outros marcos legais suscitam a garantia do direito a educação, com destaque nesses enfrentamentos o papel dos coletivos organizados, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que sempre se propôs a construir ao longo da história um processo de educação transformador através de experiências políticas e pedagógicas de educação como prática de liberdade desde a infância segundo Freire (1999). Nesse sentido, o trabalho pedagógico, desenvolvido na ciranda infantil, se inspirou no ideário do MST ao pronunciar a luta pela educação, no enfrentamento a todos os processos históricos de opressão e dos direitos negados.

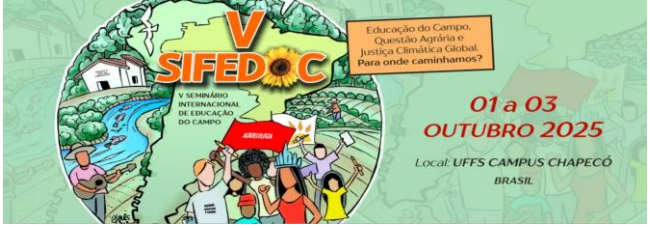
Nessa perspectiva, Freire enfatiza que a produção de conhecimento não se dá de forma neutra ou desvinculada da realidade. Segundo Freire (1976), é por meio de uma atitude comprometida que o ser humano se engaja na ação-reflexão sobre o mundo, num movimento contínuo de transformação.

Freire (2007) ressalta que a educação não pode ser pensada de forma abstrata ou descolada da realidade social, cultural e histórica dos sujeitos, mas deve ser construída a partir do reconhecimento de suas vivências e da valorização de sua capacidade de transformação.

Nesse sentido, como expressa Luedke (2013, p. 27), “as crianças são sujeitos sociais e históricos que, antes de tudo, são prole de uma classe”. Nesse contexto, a luta do coletivo infantil, não é somente contra o apagamento das escolas do campo, mas é uma luta, um movimento em prol da defesa e da permanência de suas raízes, de sua história e reconhecimento da infância, como sujeito de voz e de direitos.

Nesta mesma perspectiva, Sarmento (2009, p. 22), afirma que “as crianças não recebem apenas uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, mas operam transformações nessa cultura, seja sob a forma como a interpretam e integram, seja nos efeitos que nela produzem, a partir das suas próprias práticas”. Observamos que, segundo a autor, a criança, na natureza mesmo de sua condição de ser criança, é um sujeito em plena e constante formação com capacidade de atuar no meio onde ela está inserida e promover mudanças inovadoras.

Ao analisarmos a participação das crianças na III Ciranda Infantil, percebemos quando confrontadas, mobilizadas, atuam coletivamente na defesa de seus direitos.



Neste evento, presenciamos expressões concretas do protagonismo infantil que através dos diálogos, das reflexões suscitaram confecção de cartazes, de desenhos, de materiais diversificados, além das entrevistas e depoimentos que evidenciaram o valor simbólico e afetivo da escola para suas vidas e comunidades.

Com isso, a Ciranda Infantil, em suas origens consolidada nessas ideias e ações, enquanto práxis que articula “não apenas o dito, mas o visto, o vivido, o sentido, o participado, o produzido. E o jeito de uma escola ser e funcionar, o que nela acontece, como ela se relaciona com a comunidade” (Caldart, Stedile, Daros, 2015, p. 136).

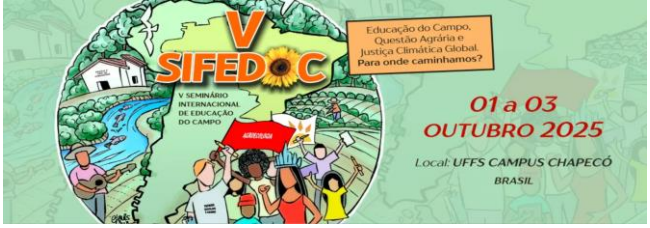
Para as comunidades rurais, na ótica das crianças a escola não é somente um espaço destinado à educação formal, mas também de movimento pela afirmação identitária, por respeito, por direito à fala e à escuta. Portanto, a perspectiva da ciranda infantil é espaço de enfrentar as contradições históricas e plantar a esperança enquanto valor da vida desde a infância.

O nascimento da primeira Ciranda Infantil Itinerante Nacional, aconteceu em 1997, no setor de educação do Movimento Sem Terra (MST), no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma agrária (ENERA). Mediante essa primeira experiencia, muitas outras inspirações de movimento de ciranda surgiram nacionalmente sendo permanentes e/ou itinerantes, as mesmas trazem todo histórico de organização de sua intencionalidade pedagógica.

Assim como experiências nacionais recentes, destacamos a Ciranda do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) referência na América Latina, com a consolidação do GT- Infância em sua pauta vem trazendo experiencias e debates da ciranda infantil, desde 2021.

Na Amazônia paraense, as experiencias manifestadas nesta perspectiva como espaço educativo que materializa o poder lúdico para a transformação social e política, a experiência da “*Ciranda infantil: um espaço de acolhimento e de educação agroecológica”* aconteceu durante o evento do III Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA), em 2023, no Instituto Federal do Pará- Campus Castanhal.

Diante de todo esse contexto nacional, importante situar que as Cirandas Infantis estão historicamente enraizadas nas desigualdades de direitos ao acesso e permanência a educação no campo. A pauta do protagonismo infantil que perpassa



experiências da ciranda infantil pelo MST, como espaço educativo que materializa poder de transformação social e político, quão intensamente se relaciona neste presente estudo a partir da III Ciranda Infantil, ocorrida no âmbito do VIII Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no ano de 2025 na UFPA- Campus Castanhal.

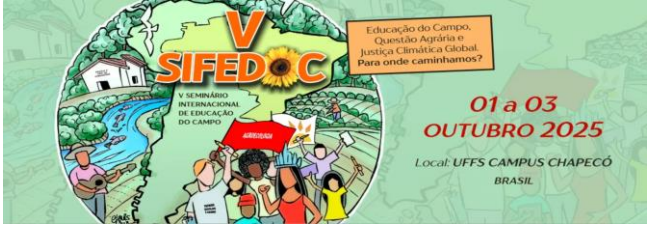
Metodologia:

O procedimento metodológico teve como norte a abordagem qualitativa, segundo MINAYO (2002) “considerada que fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos”. A técnica utilizada foram as observações participantes, “pesquisador enquanto observador participante” (MINAYO, 2002, p.25-60). E a organização e análises de dados deste estudo foram a partir das falas, rodas de conversas, registros dos desenhos das crianças e registros fotográficos.

O lócus da pesquisa foi a III Ciranda infantil no âmbito do VIII Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas, ocorrido no ginásio de Esportes da Universidade Federal do Pará, do Campus Universitário de Castanhal, no ano de 2025. A III Ciranda infantil, aconteceu no TAPIRI que é um espaço de anexos dos prédios da UFPA, área coberta e cercada de área verde e com arvores.

Os sujeitos desta pesquisa integraram o grupo de brincantes da ciranda, ou seja, aproximadamente de 25 crianças, de idades de 04 até 12 anos, residentes Assentamento Abril Vermelho e Assentamento João Batista, localizadas no estado do Pará.

A organização da ciranda ocorreu em três etapas, planejamento coletivo, plural, organização do espaço e implementação da ciranda com a exploração do ambiente com atividades dentro e fora do tapiri, aconteceu da seguinte madeira: Acolhimento da Ciranda com musicalização/ Cantares do Campo; Roda de Conversa; Oficina de Leitura; Oficina Criativa, Ciranda Brincante; Brincadeiras Populares; Brincadeiras de Jogos Africanos; Brincadeiras Cooperativas, Lanche Agroecológico Saudável; Marchas das Infâncias.



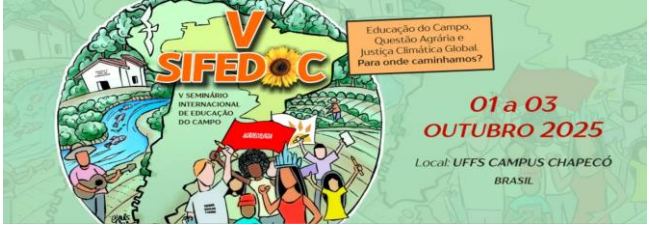
Resultados e discussões:

Os resultados e discussões do estudo que objetivou caracterizar a ciranda como espaço de luta pela garantia de direitos, pelo protagonismo das crianças, no seu movimento como sujeitos de direitos, o qual esteve pautado na abordagem qualitativa e nas observações participantes Minayo (2002), foi possível identificar que a III Ciranda infantil, realizada em 2025, foi denominada de: "*A ciranda é um espaço coletivo de diálogos da educação do campo, o fechamento das escolas e garantia de direitos*", convergiu com a temática do VIII Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombola, teve como premissa a concepção da Ciranda Infantil como território político pedagógico de protagonismo infantil, capaz de materializar denúncias e anúncios na educação do campo**.**

Nessa perspectiva os resultados apontam que o território da Ciranda Infantil foi pensada, planejada, pelo viés da concepção crítica como espaço de luta pela garantia de direitos, da práxis, construída coletivamente, de forma plural, dinâmica e dirigida por uma rede colaborativa, composta de várias instituições e diferentes parcerias, com acadêmicos de diversos cursos, educadores da educação superior, da educação básica e do movimento social que fomentou e sistematizou este espaço educativo que materializou o poder de transformação social e político, ao favorecer o protagonismo das infâncias da Amazônia Paraense, na luta que reconhece direitos e se conecta com os saberes das comunidades tradicionais do campo.

Os resultados desvelam a construção da ciranda infantil que perpassou uma agenda de encontros, para a constituição pedagógica e da programação que proporcionaram um panorama criativo e acolhedor para as crianças. Efetivamente foi possível favorecer o protagonismo das crianças ao experimentarem atividades ao longo do tempo do seminário, e que despertassem a vontade construir e participar daquele espaço junto com o coletivo. Houve, portanto, uma intensa colaboração dos bolsistas graduandas/os em formação que construíram junto a ciranda, fazendo uma rede, tecendo a construção da ciranda.

Como resultado, a ciranda proporcionou a intencionalidade convidativa, acolhedora, problematizadora para que as crianças pudessem exercitar seus saberes,



seus saberes, sua criatividade, a vivência do brincar a construir a desconstruir. Nesse movimento, nos diversos momentos o coletivo foi desafiado a refletir a ciranda como espaço de luta pela garantia de direitos, na sua leitura de mundos.

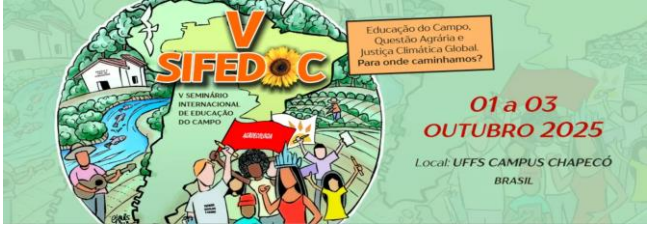
Ressaltamos que no momento inicial da ciranda infantil, a roda de conversa no tapiri foi possível perceber o viés das relações dialógicas, o espaço de socialização, de conhecer os cirandeiros e brincantes, que trouxeram suas histórias, suas vivências, o seu lugar na Amazonia paraense.

A ciranda infantil possibilitou compreender os objetivos do espaço na luta pela garantia de direitos o protagonismo das crianças as quais implicam no movimento de seminário ao permitir o reconhecimento da infância, como sujeito de voz e de direitos Luedke (2013), na conexão com os saberes das diferentes comunidades do campo que vem participar do encontro.

A *ciranda brincante* remeteu as brincadeiras historicamente vivenciadas por povos da identidade quilombola, nas *brincadeiras cooperativas*, as crianças exercitaram os conceitos de coletividade, o respeito aos seus companheiros, diálogos, construções e reconstrução de relações, isso remeteu as vivências construídas nos assentamentos.

Estas experiencias vividas pelas crianças no processo de formação na ciranda brincante e oficinas estabeleceram relações de saberes oriundos do trabalho nas comunidades tradicionais, nas ideias de Caldart (2012) “[...] relação com a produção na especificidade da agricultura camponesa, da agroecologia; o trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola” (CALDART, 2012, p. 265).

Observamos também o impacto lúdico de saberes tradicionais que a *oficina criativa* expressou referentes ao tema da agricultura familiar denominada: *“pé de que tem no meu quintal?”*, as crianças foram provocadas a perceber qual a leitura que tinham das plantas frutíferas nativas do seu território onde moravam, resgatando memórias desse espaço, de sua moradia e desenvolvimento do espaço territorial, e assim articulando os saberes de suas comunidades tradicionais. Nesse sentido, a educação do campo “[...] é um tempo de reflexão associando os saberes escolares das áreas dos conhecimentos específicos aos saberes tradicionais culturais, envolvendo todos os participantes (Borges e Silva, 2012, p. 235).



Na oficina criativa as crianças confeccionaram seus próprios insumos, como a massas de modelar caseira de forma sustentável reaproveitando elementos orgânicos. Assim, elas moldaram as frutas e utilizaram os recursos da natureza do entorno do ambiente do TAPIRI, coletaram galhos e folhas.

Diante a ideia de Molina (2004, p.43) “a Educação do Campo não existe sem a Agricultura Camponesa”, por isso foi possível ver que as crianças fizeram as diversas frutíferas: laranjas, carambola, açaí, limão e acerola, diante disso, as produções pedagógicas das crianças articulavam-se as unidades de produção familiar que vivem e experimentam cotidianamente.

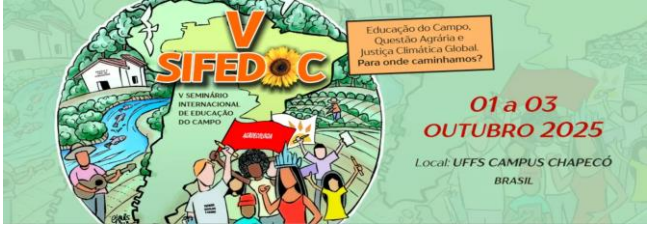
De tal modo foi possível compreendemos a importância da agricultura camponesa nas vivencias das crianças do campo, assim percebemos essa importância formadora da ciranda de despertar nas crianças sua habilidade de expressar de forma simbólica suas experiências desvelando o quanto que se apropriavam da identidade de vida de seu território.

Assim, a *Marcha das Infâncias*, foi proposta como culminância de todos os estes movimentos gerados na ciranda, os quais todos se interligaram na perspectiva de colaborar para construir o processo formativo. A *Marcha das Infâncias* ocorreu com uma preparação e concentração dentro do espaço sede da ciranda. Na ocasião, foram fundamentados diálogos norteadores como subsídios para as produções dos standart e bandeiras, rumo a preparação da marcha das infâncias, os temas foram direcionados por: Luta pela garantia de Direitos, Meio Ambiente e Educação.

Em seguida as crianças se dividiram em pequenos grupos para a elaboração das produções, as equipes dos cirandeiros deram sua contribuição ao ajudarem a prepararam as bandeiras coletivamente, as crianças fizeram suas expressões em desenho e palavras chaves.

Percebemos que a marchas das infâncias, sintonizada ao objetivo de pensar uma marcha, que levasse a socialização da pauta das infâncias retratando os desafios enfrentados na garantia de direito a educação, pelas lutas contra o fechamento das escolas do campo, indígena e quilombola.

O movimento da Marcha, caracterizou como o ápice do trabalho materializado, pois após o momento de organização gerou uma grande concentração no TAPIRI de todo o coletivo dos cirandeiros e brincantes, mobilizando saberes e práticas, a



coletividade entoamos várias cantigas, dos cantares da educação do campo e palavras de ordens, a saber: "*sou criança e sei pensar, tenho direito e vou cobrar"* e *"não vou sair do campo pra poder ir pra escola educação do campo é direito e não esmola".*

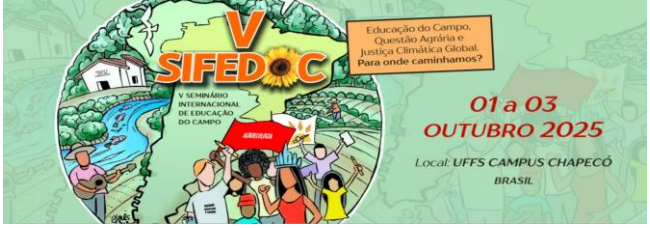
A caminhada da marcha com todo o coletivo infantil e cirandeiros levando as bandeiras e standart, por todo território universitário até alcançar o ginásio de esporte onde acontecerá o seminário, foi um movimento emocionante na luta pela garantia dos direitos, nesse sentido, a ciranda foi acolhida referendada e ouvida nos seus anseios de lutas.

O conjunto de implicações coletadas, caracterizadas no decorrer da Ciranda Infantil foram marcantes, um marco histórico para o movimento Educação do Campo na Amazônia Paraense, na luta pela garantia de direitos. O coletivo infantil adentrou o seminário levando suas bandeiras de lutas, demonstrando os protagonismos das infâncias dos territórios da Amazônias que lutam e reconhecem seus direitos.

Conclusão:

Conclui-se que este trabalho sobre a III Ciranda Infantil nos favoreceu denunciar e anunciar pela leitura de mundo das infâncias favorecendo o debate da luta contra o fechamento de escolas no campo que apontaram os protagonismos da infância que luta e reconhece seus direitos e se conecta com os saberes da comunidade tradicionais do campo que vem participar deste encontro. Isso é um importante passo no fortalecimento da Educação do Campo na Amazônia Paraense em um movimento em prol da defesa e do reconhecimento das infâncias, como sujeitos de vozes e de direitos.

Finalmente podemos afirmar que a III Ciranda Infantil no VIII Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombola, atingiu seus objetivos ao ser pensada, planejada, dirigidas por uma rede colaborativa de várias instituições e diferentes acadêmicos, educadores da educação superior, básica e movimento social que sistematizou este espaço educativo capaz de materializar o poder de transformação social e político, e caracteriza-se como uma vitória ao consolidar em seu caráter permanente no âmbito do Seminário.



Referências bibliográficas:

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M.; A **educação básica e o movimento social no campo**, Brasília DF, Coleção n º 2. Por uma educação Básica no Campo, 1999.

BORGES, H. S.; SILVA, H. B.; CHEDIN, E. (Org.). A Educação do Campo e a organização do trabalho pedagógico. **Educação do Campo: epistemologia e práticas.** São Paulo, Cortez, 2012.

BRASIL, Congresso Nacional, LEI Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação; **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;** Parecer n.º:36, Brasília, 2001.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. Ed: 4ª. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. **Caminhos para transformação da escola**: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas de campo, Ed: expressão popular, São Paulo, 2015.

FREIRE, P.; **Educação como prática da liberdade**,23.ed São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LUEDKE, Ana Marieli dos Santos. **A formação da criança e a Ciranda Infantil do MST (Movimentmetoo dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2013.

MINAYO, M. C. S.(Org); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Pretrópolis-Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2002.

MOLINA, M. C., e JESUS, S. M. S. A. (org). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. In: **Por Uma Educação do Campo: Identidade, e Políticas Públicas.**, Brasília, DF: nº 5, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Sociologia da Infância: Correntes e Confluências,** In M. Sarmento & M. C. S Gouvea (org.), Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais, Ed: Vozes. Petrópolis, 2009.